



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar, CEP 04538-132 - São Paulo - SP



Conteúdo

Relatório da diretoria	04
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	07
Relatório comitê de auditoria	12
Balanco patrimonial	14
Demonstrações de resultado	15
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	18
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	18
3 Descrição das principais práticas contábeis	18
4 Segregação entre circulante e não circulante	23
5 Caixa e equivalentes de caixa	24
6 Aplicações interfinanceiras de liquidez	24
7 Títulos e valores mobiliários	24
8 Instrumentos financeiros derivativos	26
9 Operações de crédito e ativos financeiros com características concessão de crédito	29
10 Provisão para perdas esperadas	30
11 Outros ativos financeiros	31
12 Outros ativos	31
13 Imposto de renda e contribuição social diferidos	31
14 Depósitos de clientes e instituições financeiras	32
15 Obrigações por operações compromissadas	32
16 Recurso por emissão de letras	32
17 Obrigações por empréstimos e repasses	33
18 Outros passivos financeiros	33
19 Outros passivos	33
20 Provisões diversas	33
21 Contingências passivas	33
22 Transações com partes relacionadas	35
23 Patrimônio líquido	36
24 Imposto de renda e contribuição social correntes	37
25 Outras informações	37
26 Gerenciamento de riscos	38
27 Resultado não recorrente	42
28 Eventos subsequentes	42
Diretoria e Contadora	43



Relatório da Diretoria

Introdução:

Senhores, Autoridades e Clientes,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco”, “Instituição”, “Deutsche” ou “Deutsche Bank Brasil”) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Destaques do semestre:

• Resultado do semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R\$ 101.246 (junho 2025 – R\$ 182.961), equivalente a R\$ 0,08 (junho 2025 – R\$ 0,15) por ação, e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) anualizada de 6,6% (junho 2025 – 13,2%).

O desempenho do Deutsche Bank no Brasil no primeiro semestre de 2026 foi marcado por dinâmicas distintas entre suas principais áreas de negócio. Em conjunto, os resultados obtidos ficaram acima das expectativas internas para o exercício e refletiram a contínua diversificação das fontes de receita do Banco.

No **Corporate Bank**, a receita superou as metas estabelecidas para o período. O desempenho dos produtos de Cash Management e Custódia foi favorecido pelo crescimento dos volumes de depósitos, pelo ambiente de taxas de juros elevadas e pela conquista de novos negócios. A carteira de crédito da divisão apresentou expansão de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entretanto, o resultado líquido foi impactado pela compressão de *spreads*, decorrente de um ambiente competitivo mais intenso e da redução de algumas posições comerciais relevantes.

No **Investment Bank**, o resultado foi significativamente superior ao registrado em junho de 2025, embora tenha permanecido aproximadamente 3% abaixo do planejado para o período. O desempenho foi impulsionado principalmente pela área de *Trading*, cujos resultados superaram tanto as metas internas quanto os níveis observados no ano anterior. Destacaram-se as mesas de *flow* em câmbio e renda fixa, bem como as receitas provenientes das alocações realizadas por meio dos mecanismos de *Transfer Pricing*.

Por outro lado, a área de assessoria em Fusões e Aquisições (M&A), que representa um investimento estratégico recente do Banco, ainda não contribuiu de forma relevante para a geração de receitas em 2026. Embora importantes mandatos tenham sido originados ao longo do semestre, os ciclos de execução e conclusão das transações se estenderam além do período, com expectativa de reconhecimento de receitas a partir do segundo semestre de 2026.

Por fim, destaca-se que os resultados do semestre foram alcançados mantendo-se uma gestão prudente de capital, liquidez e riscos. Todos os principais indicadores permaneceram em conformidade com os limites regulatórios aplicáveis e com os requerimentos de Basileia, reforçando a solidez financeira e operacional da Instituição.

• Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido encerrou o primeiro semestre de 2026 em R\$ 3,1 bilhões, comparado com R\$ 2,9 bilhões em dezembro de 2025.

• Patrimônio de Referência e Índice de Basileia

De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 3,1 bilhões em junho de 2026 (dezembro 2025 – R\$ 2,9 bilhões). Em 30 de junho de 2026, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e BACEN, foram apurados em 17,91% e 12,17%, respectivamente (dezembro 2025 – 18,05% e 13,02%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos:

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 21,7 bilhões, comparado com R\$ 18,8 bilhões em dezembro de 2025.

No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no semestre:

- Títulos e valores mobiliários – Incremento no portfólio decorrente, principalmente, do aumento na posição de Letras do Tesouro Nacional (LTNs) classificadas na categoria Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Essa movimentação visa, especificamente, atender a demandas pontuais de clientes;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez – Redução no portfólio decorrente, substancialmente, de operações compromissadas O/N realizadas com a finalidade de gestão do caixa e da liquidez do Banco.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no semestre:

- Depósitos de clientes e instituições financeiras – A variação decorre, principalmente, da emissão de novos Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDIs) direcionadas ao atendimento de demanda pontual para entrega de moeda estrangeira (USD) a um cliente específico;
- Obrigações por empréstimos e repasses – Aumento decorrente, principalmente, de obrigações originadas por tomadas de linha junto a entidades ligadas sediadas no exterior;
- Outros ativos financeiros – A variação em outros ativos financeiros decorre, substancialmente, do ajuste diário de Futuros a ser liquidado junto à B3 em D+1; e
- Obrigações por operações compromissadas – A variação em obrigações por operações compromissadas decorre da existência, em 31 de dezembro de 2025, de operações O/N.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria:

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco (“Comitê”), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.



Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.

O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2026, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 26 de agosto de 2026.

Gestão Corporativa de Risco:

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles e mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a diretoria executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: [Deutsche Bank Brasil](#).

Atuação:

Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.

Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras.

O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche Bank vem transformando seu modelo de negócios desde 2019, e tendo restaurado a rentabilidade do Banco e fortalecido suas bases, o foco da gestão na próxima fase será acelerar a criação de valor por meio da expansão do modelo Global Hausbank. O Deutsche Bank busca agora explorar um potencial de crescimento ainda maior, reforçando sua posição como o parceiro de confiança para clientes em um cenário de constantes mudanças.

A visão de longo prazo do Deutsche Bank é se consolidar como o campeão europeu do setor bancário. Isso significa alcançar a liderança nos principais segmentos de negócio em nível europeu, liderança de mercado nos retornos e manter uma presença global robusta e escalável. Tudo isso será sustentado por um modelo de negócios resiliente, alavancando no potencial da inteligência artificial e um balanço patrimonial sólido.

Para o período até 2028, o Banco estabeleceu metas ambiciosas de crescimento de receitas, lucratividade e retorno aos acionistas. O plano para atingir esses objetivos se baseia em três pilares estratégicos: crescimento focado dos negócios, disciplina rigorosa na alocação de capital e a implementação de um modelo operacional escalável. Todas essas iniciativas são guiadas pelo uso disciplinado da nossa métrica de desempenho de Valor Adicionado para o Acionista (SVA - *Shareholder Value Add*).

Crescimento Focado

De 2026 a 2028, o Deutsche Bank irá direcionar seu crescimento para as áreas de maior geração de valor. A estratégia é capitalizar sobre a liderança no mercado alemão, integrar a oferta *Global Hausbank* para proporcionar uma experiência fluida ao cliente e usar seus pontos fortes para ajudar os clientes a navegar em um mundo em transição.

O Banco planeja escalar o modelo *Global Hausbank* com investimentos em áreas como captação de ativos (*asset gathering*), pagamentos, serviços (*servicing*) e assessoria (*advisory*). O Grupo projeta uma receita incremental de cerca de € 5 bilhões até 2028, dos quais € 2 bilhões devem vir da Alemanha, aproveitando a liderança local e as oportunidades de estímulos fiscais, reformas estruturais e novos investimentos públicos e privados.

Disciplina Rigorosa de Capital

A partir de 2026, o plano é aumentar a distribuição de lucros aos acionistas para 60%, acima dos 50% previstos para 2025. O Banco também vê espaço para distribuições adicionais de capital excedente sempre que o rácio CET1 ultrapassar 14% de forma consistente. Desde 2022, o Deutsche Bank tem aumentado a distribuição aos acionistas em cerca de 50% ao ano.

Para ampliar essa capacidade de distribuição, o Banco irá realocar capital para atividades de maior valor, reduzindo a exposição a áreas com retornos abaixo da meta (*sub-hurdle*). As medidas incluem uma política de preços disciplinada, foco no cumprimento das metas de retorno e uma gestão ativa do balanço para otimizar a alocação de capital.

Um Modelo Operacional Escalável

Para o período de 2026 a 2028, o Deutsche Bank identificou um potencial significativo na otimização de seu modelo operacional. Com maior integração e automação de processos, escala de plataformas e uso de IA, o Banco pretende gerar mais eficiência, aprimorar a experiência do cliente e, conseqüentemente, impulsionar o crescimento. A meta é alcançar uma economia bruta de custos de € 2 bilhões até 2028, que ajudará a compensar os investimentos, a inflação e os custos do crescimento. Com isso, a expectativa é que as despesas totais fiquem em torno de € 22 bilhões em 2028, crescendo a um ritmo contido de 2% ao ano. Assim, o Banco espera que as receitas continuem crescendo mais rápido que os custos, atingindo a meta de um índice de custo/receita inferior a 60% em 2028.

As metas financeiras do Grupo Deutsche Bank para 2028 são claras:

- **Retorno sobre o Patrimônio Líquido Tangível (RoTE):** Atingir um patamar superior a 13%, acima da meta de 10% para 2025.



- **Crescimento das Receitas:** Impulsionar um crescimento anual composto acima de 5%, elevando as receitas de aproximadamente € 32 bilhões em 2025 para cerca de € 37 bilhões em 2028.

- **Eficiência Operacional:** Reduzir o índice de custo/receita para menos de 60%, comparado à meta de 65% para 2025. Para isso, o Banco continuará investindo em crescimento e tecnologia, ao mesmo tempo que executa programas para gerar uma economia bruta de custos de aproximadamente € 2 bilhões.

- **Solidez do Capital:** Manter o índice de capital Nível 1 (CET1) no intervalo já estabelecido de 13,5% a 14,0%.

- **Retorno aos Acionistas:** Aumentar o *payout* (distribuição de lucros) para 60% do lucro líquido a partir de 2026, acima da meta atual de 50%. O banco também considera distribuições adicionais de capital excedente, ou seu uso para crescimento focado, sempre que o rácio CET1 se mantiver de forma sustentável acima de 14%.

Atividades culturais e sociais:

O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.

As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.

Neste primeiro semestre tivemos nossa Campanha do Agasalho, reunindo recursos para compra de agasalhos e cobertores, que foram distribuídos para associações que atendem população de rua e em situação de vulnerabilidade.

Tivemos também nosso primeiro evento de voluntariado, quando um grupo de funcionários e familiares do DB estiveram na Associação Criança Brasil para limpeza e pintura dos muros.

Para o próximo semestre planejamos uma nova ação de voluntariado, além das campanhas de Alimentos, Natal e um evento de sustentabilidade.

Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa "Home Page" www.db.com/brasil.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o Banco exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

Diante do acima exposto, a PRSAC descreve os princípios e diretrizes relativos aos tópicos sociais e ambientais, incluindo climáticos, do Banco na condução de seus negócios, de suas atividades, de seus processos, bem como de sua relação com as partes interessadas.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.945/21, a PRSAC pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: [Política-de-Responsabilidade-Social-Ambiental-e-Climatica-PRSAC-Deutsche-Bank-Brasil-.pdf](#).

Política de Equidade

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 15.177/2025, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de indicadores relacionados à política de equidade, o Banco divulga periodicamente o Relatório de Transparência Salarial, o qual evidencia sua prática de remunerar de forma equitativa homens e mulheres que desempenham funções equivalentes no Brasil e no exterior.

As informações requeridas são divulgadas no Relatório de Transparência Salarial, disponibilizado publicamente no endereço eletrônico: <https://country.db.com/brazil/informacoes-regulatorias/transparencia-salarial>

Canal de denúncias:

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Banco oferece um canal de denúncias a seus colaboradores, clientes e fornecedores, por meio do qual podem ser reportadas quaisquer situações que, na visão do denunciante, representem práticas inadequadas de qualquer natureza, sejam elas relativas a negócios, relações entre colaboradores, descumprimento de normas, etc.

Este canal de denúncias protege o anonimato do denunciante e garante a não retaliação em todas as formas.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brazil/canal-de-denuncia>.

Home Page:

Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa "Home Page" www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

A Diretoria

LUÍS FLÁVIO MUZZI MENDES – Diretor-Presidente

ELAINE APARECIDA DO NASCIMENTO – Diretora responsável pela contabilidade

GUILHERME BERNASCONI DANIEL

JAIME CASTROMIL LASSALA

MATEUS PRAXEDES SOUZA

RICARDO ANDRADE CUNHA

RUI FERNANDO RAMOS ALVES



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e outras operações com características de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2026, o Banco possuía saldo bruto de operações de crédito de R\$ 3.851.586 mil.

As operações de crédito e outras operações com características de crédito representam um dos principais ativos do Banco e envolvem processos relevantes relacionados ao registro, mensuração, classificação e monitoramento dessas operações, bem como à observância dos critérios regulatórios aplicáveis. Em função da materialidade dos saldos e da relevância dessas operações para as demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes, em base amostral, para verificação da existência e integridade das operações de crédito registradas pelo Banco, bem como a inspeção de contratos e demais documentos suporte para avaliação dos principais termos e condições das operações. Adicionalmente, realizamos o recálculo, em base amostral, dos saldos, encargos, rendimentos e demais componentes relevantes das operações de crédito, avaliamos a adequação de sua classificação contábil em conformidade com a regulamentação aplicável e analisamos as divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos das operações de crédito e outras operações com características de crédito, bem como as respectivas divulgações constantes das demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 7 e 8 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2026, o Banco mantinha posições em títulos e valores mobiliários com o saldo de R\$ 9.873.806 mil e instrumentos financeiros derivativos com o saldo de R\$ 2.627.191 mil no ativo e R\$ 2.144.904 mil no passivo, utilizados no curso normal de suas atividades.

A mensuração dessas operações requer a utilização de informações de mercado e metodologias específicas para determinação de seu valor justo, bem como a adequada classificação contábil dos instrumentos financeiros de acordo com a regulamentação aplicável. Adicionalmente, a relevância dos saldos e o volume das operações realizadas tornam essa área significativa para as demonstrações financeiras.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria em função da materialidade dos saldos de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, bem como da complexidade inerente aos processos de mensuração e divulgação dessas operações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a realização de testes, em base amostral, sobre a mensuração e classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos registrados pelo Banco. Também efetuamos recálculos independentes dos valores justos de instrumentos selecionados, utilizando parâmetros observáveis de mercado e informações obtidas de fontes independentes, avaliamos a adequação da classificação desses instrumentos de acordo com os critérios previstos na regulamentação vigente e analisamos as divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios adotados pela Administração para mensuração e classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações constantes das demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos



que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Felipe Fanton Schiavo
Felipe Fanton Schiavo
Contador CRC-SP-324473/O



Documento:	Relatório do Comitê de Auditoria
Diretor Estatutário Responsável:	ELAINE NASCIMENTO
Membros Independentes:	ALVIR ALBERTO HOFFMANN ROSANGELA DOS SANTOS
Data-Base do Relatório:	30 de junho de 2026

Introdução

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.

Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o primeiro semestre de 2026 e realizou a reunião de encerramento no dia 26 de agosto de 2026.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2026. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

**Auditoria Interna**

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2025. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do primeiro semestre de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 26 de agosto de 2026

ELAINE NASCIMENTO
Diretora e Presidente do Comitê de Auditoria

ALVIR ALBERTO HOFFMANN
Membro Independente do Comitê de Auditoria

ROSANGELA DOS SANTOS
Membro Independente do Comitê de Auditoria



Balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2026	Dezembro 2025
Ativo			
Disponibilidades	5	124.604	170.965
Ativos financeiros ao custo amortizado		9.190.572	12.523.981
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	6	4.246.397	7.420.610
Títulos e valores mobiliários	7	974.161	843.274
Operações de crédito	9	2.098.298	2.042.509
Operações com características de concessão de crédito	9	1.753.288	1.597.476
Outros ativos financeiros	11	118.428	620.112
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.414.707	1.339.615
Títulos e valores mobiliários	7	1.414.707	1.339.615
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		10.112.129	3.985.748
Títulos e valores mobiliários	7	7.484.938	1.347.262
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.627.191	2.638.486
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(75.186)	(196.011)
Ativos fiscais correntes e diferidos		179.693	250.587
Impostos e contribuições a compensar		97.694	138.888
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	13	81.999	111.699
Outros ativos	12	763.561	705.937
Imobilizado de uso		35.348	15.260
Outras imobilizações de uso		66.793	45.046
Depreciações acumuladas		(31.445)	(29.786)
Total do Ativo		21.745.428	18.796.082
Passivo e patrimônio líquido			
Passivos financeiros ao custo amortizado		15.559.218	12.430.644
Depósitos de clientes e instituições financeiras	14	6.776.995	3.749.676
Obrigações por operações compromissadas	15	-	517.997
Recursos por emissão de letras	16	594.962	555.855
Obrigações por empréstimos e repasses.....	17	8.066.938	6.894.367
Outros passivos financeiros	18	120.323	712.749
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		2.144.904	2.361.964
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.144.904	2.361.964
Provisão para perdas esperadas com garantias financeiras	10	765	3.696
Outras provisões	20	257.988	246.820
Obrigações fiscais		207.584	277.887
Imposto de renda e contribuição social – Corrente		20.162	109.630
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	13	174.373	141.081
Outras obrigações fiscais		13.049	27.176
Outros passivos	19	496.012	503.875
Patrimônio líquido		3.078.957	2.971.196
Capital social	23(a)	1.928.551	1.928.551
Reservas de lucros.....	23(b)	1.039.760	1.034.697
Outros resultados abrangentes	23(c)	14.463	7.948
Lucros acumulados		96.183	-
Total do passivo e patrimônio líquido		21.745.428	18.796.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de resultado em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2026	Junho 2025
Receitas da intermediação financeira		1.005.258	1.586.231
Operações de crédito		156.859	123.248
Outras operações com características de crédito		62.678	53.134
Aplicações interfinanceiras de liquidez		216.864	401.650
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		269.707	153.886
Resultado de ajuste de variação cambial	25 (i)	293.371	849.903
Aplicações em moedas estrangeiras		5.779	4.410
Despesas da intermediação financeira		(639.443)	(1.185.674)
Operações de captação no mercado		(261.014)	(188.466)
Operações de empréstimos e repasses		(93.493)	(127.883)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8(g)	(284.936)	(869.325)
Resultado bruto da intermediação financeira		365.815	400.557
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(e)	(19.491)	(73.127)
Resultado bruto da intermediação financeira líquido de perdas esperadas		346.324	327.430
Outras receitas / (despesas) operacionais		(166.922)	4.314
Receitas de prestação de serviços	25(b)	154.665	124.360
Benefícios a empregados	25(c)	(137.277)	(150.674)
Outras despesas administrativas	25(e)	(157.842)	(128.807)
Despesas tributárias	25(f)	(38.807)	(40.234)
Provisão / reversão de provisões para contingências	21	(5.861)	176.776
Outras receitas operacionais	25(g)	45.610	30.010
Outras despesas operacionais	25(h)	(27.410)	(7.117)
Resultado operacional		179.402	331.744
Resultado não operacional		(317)	1.698
Resultado antes dos tributos e participações		179.085	333.442
Imposto de renda e contribuição social		(77.839)	(150.481)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	24	(20.178)	(25.551)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13(c)	(57.661)	(124.930)
Lucro líquido do semestre		101.246	182.961
Quantidade de ações	23(a)	1.246.597.185	1.246.597.185
Lucro por ação básico – R\$	23(d)	0,08	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Junho 2026	Junho 2025
Lucro líquido do semestre	101.246	182.961
Outros resultados abrangentes	6.515	(102)
Itens que não poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado		
Risco de crédito próprio (DVA) – Líquido do efeito tributário	2.058	(27)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
- Variação do valor justo - Líquido do efeito tributário	4.457	-
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	-	(75)
Resultado abrangente do semestre	107.761	182.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.928.551	763.583	9.519	-	2.701.653
Adoção inicial da 4.966/2021 e IFRS 16	2	-	-	255	420	675
Saldos em 01 de janeiro de 2025		1.928.551	763.583	9.774	420	2.702.328
Ajustes de avaliação patrimonial						
Risco de crédito próprio (DVA)		-	-	(153)	-	(153)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	182.961	182.961
Destinação do lucro líquido						
Constituição de reserva legal		-	9.148	-	(9.148)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		1.928.551	772.731	9.621	174.233	2.885.136
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.928.551	1.034.697	7.948	-	2.971.196
Ajustes de avaliação patrimonial						
Ajuste a valor justo (VJORA)		-	-	4.457	-	4.457
Risco de crédito próprio (DVA)		-	-	2.058	-	2.058
Lucro líquido do semestre		-	-	-	101.246	101.246
Destinação do lucro líquido						
Constituição de reserva legal		-	5.063	-	(5.063)	-
Saldos em 30 de junho de 2026		1.928.551	1.039.760	14.463	96.183	3.078.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2026	Junho 2025
Atividades operacionais			
Lucro líquido / (prejuízo) ajustado do semestre.....		(119.597)	(658.607)
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre		101.246	182.961
Ajustes ao lucro líquido.....		(220.843)	(841.568)
Despesas de depreciação e amortização	25(e)	1.466	1.611
Provisão / reversão de provisão para passivos contingentes	21	1.086	(206.560)
Despesas com atualização monetária de processos judiciais	21	4.775	29.784
Receitas com atualização depósitos judiciais	25(g)	(11.786)	(10.015)
Receitas com atualização taxa Selic – tributos		(165)	(226)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(317.674)	(231.309)
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses.....		(26.790)	56.586
Efeitos da variação cambial em outros ativos e passivos		51.093	(679.496)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(b)	19.491	73.127
Impostos diferidos		57.661	124.930
Variação de ativos e passivos		(5.050.244)	(4.593.244)
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros.....		(4.822.423)	(4.537.476)
(Aumento) / redução em ativos e obrigações fiscais correntes.....		35.002	26.602
(Aumento) / redução em ativos e passivos fiscais diferidos.....		5.331	83
(Aumento) / redução em outros ativos		(45.839)	(264.913)
(Redução) / aumento em outros passivos.....		(14.312)	202.027
(Redução) / aumento em provisões		(137.942)	4.479
Imposto de renda e contribuição social pagos		(70.061)	(24.046)
Caixa (utilizado)/gerado nas atividades operacionais		(5.169.841)	(5.251.851)
Atividades de investimento			
Aquisições em imobilizado de uso.....		(21.554)	(2.091)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(21.554)	(2.091)
Atividades de financiamento			
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses.....		1.172.571	(2.700.809)
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses.....		26.790	(56.586)
Caixa (utilizado) / gerado nas atividades de financiamento.....		1.199.361	(2.757.395)
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(3.992.034)	(8.011.337)
Demonstrações da variação do caixa e equivalentes de caixa.....			
Início do período.....		7.430.961	9.696.919
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		317.674	231.309
Fim do período	5	3.756.601	1.916.891
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(3.992.034)	(8.011.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A partir de 01 de janeiro de 2025, o Banco adotou a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, conforme alterada, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Os principais efeitos decorrentes da adoção inicial dessa norma são a seguir apresentados:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As operações de câmbio passaram a ser classificadas na categoria valor justo no resultado e registradas como instrumentos financeiros derivativos. Ademais, quando aplicável, os ganhos e perdas não realizados registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido na conta de outros resultados abrangentes foram ajustados em contrapartida do resultado do período.

O consequente impacto em lucros acumulados e em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido do Banco, líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ 1.859 e R\$ 75, respectivamente.

- Mensuração inicial e subsequentes: A parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo mensurado no nível 2 ou 3 de hierarquia de valor justo, decorrente de alterações no risco de crédito próprio da instituição ("DVA"), passou ser reconhecida como componente destacado em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

O reflexo em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido do Banco, líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ 180.

- Mensuração das perdas esperadas: De acordo com a nova metodologia, a mensuração da perda esperada se realizará por meio da aplicação dos seguintes fatores: (i) exposição à inadimplência (EAD), (ii) probabilidade de inadimplência (PD), e (iii) perda por inadimplência (LGD). Para a estimativa dos parâmetros citados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo desses parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna. Não obstante, convém destacar que, além da mudança na metodologia, o escopo dos ativos financeiros sujeitos à constituição de perda esperada também foi expandido.

O consequente impacto em lucros acumulados no patrimônio líquido do Banco, líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ (840).

Diante do acima exposto, o impacto decorrente da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, líquido dos efeitos tributários, foi imaterial sendo inferior a 0,1% do Patrimônio Líquido do Banco.

Os preceitos e critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021 foram aplicados de forma prospectiva na data de adoção inicial da referida norma, não apresentando efeitos materiais decorrentes de sua aplicação.

Ainda, a partir de 01 de janeiro de 2025, o Banco adotou a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, conforme alterada, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O reflexo decorrente da adoção dessa norma, em lucros acumulados no patrimônio líquido do Banco, foi de R\$ (599).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 27 de agosto de 2026.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: (i) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, (ii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, (iii) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, (iv) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, (v) CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, (vi) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, (vii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (viii) CPC 24 - Evento Subsequente, (ix) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (x) CPC 28 - Propriedade para Investimento, (xi) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, (xii) CPC 41 - Resultado por Ação, (xiii) CPC 46 - Mensuração do valor Justo, e (xiv) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias e a consequente convergência aos padrões internacionais:

- Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.
- Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entrou em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.
- Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.
- Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



- Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda, à contabilidade de *hedge* e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 (nota 2).
- Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.
- Resolução nº 4.975/21, conforme alterada pela Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 (nota 2).

Em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 busca convergência ao IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Dessa forma, referido normativo esclarece que, o passivo relativo às obrigações tributárias objeto de discussão judicial somente deve ser reconhecido contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar a respectiva obrigação, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

Ainda, em 14 de junho de 2023, foi publicada a Lei nº 14.596 que dispõe sobre regras de preços de transferência (“TP”) relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aproximando-as aos preceitos da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Referido normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Normas aplicáveis em exercícios futuros

- Em 28 de novembro de 2025 foi publicada a Resolução Conjunta nº 18, que dispõe sobre a política de qualidade das informações prestadas na esfera de atuação do Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Referida norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo que, o Banco a implementará dentro do prazo estabelecido.
- Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que alterou o Sistema Tributário Nacional com vigência a partir de 01 de janeiro de 2027, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), sendo regulamentados, posteriormente, pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/2026 e Decreto nº 12.955/2026.

Os princípios desta reforma são a simplificação do sistema tributário nacional, a implementação da tributação no destino, o princípio da não cumulatividade, a uniformidade da legislação em âmbito nacional e a gestão centralizada através do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Com o objetivo de garantir a adequação e o planejamento da transição ao novo regime tributário, o Banco conta com uma consultoria externa especializada para assessoramento no mapeamento de potenciais impactos operacionais, sistêmicos e tributários decorrentes da reforma, sendo que a avaliação dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras do Banco já se encontra em análise.

- Em 30 de abril de 2025 foi emitida a Resolução BCB nº 470 cujas mudanças relacionam-se à terceira fase da adoção local do novo arcabouço regulatório de risco de mercado, também conhecido como Fundamental Review of the Trading Book – FRTB. Nesse sentido, o Banco continua avançando nas iniciativas relacionadas à implementação do FRTB, com foco na adequação dos processos de risco de mercado, governança, classificação de posições entre *Trading Book* e *Banking Book* e atendimento aos novos requisitos regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil. As atividades incluem avaliações de impacto regulatório, respostas a questionários do regulador, alinhamentos com fornecedores para desenvolvimento das soluções de cálculo de RWASens e preparação dos processos internos para entrada em vigor das novas exigências prudenciais.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros – Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa

c.1 Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Banco classifica os ativos financeiros com base no modelo de negócios adotado para a gestão desses ativos financeiros, bem como nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos, nas seguintes categorias: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou (iii) valor justo no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.



Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócio para administrar os ativos financeiros.

c.2 Passivos financeiros

O Banco classifica os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto aqueles expressamente elencados no artigo 9º, da Resolução CMN nº 4.966/2021.

c.3 Instrumentos financeiros derivativos e “hedge accounting”

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (“hedge”).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como “hedge” de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “hedge” de acordo com sua natureza:

- “Hedge” de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
- “Hedge” de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de “hedge” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “hedge” é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve “hedge accounting”.

c.4 Baixa

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. São exemplos dessas operações as cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

c.5 Mensuração ao valor justo

O “valor justo” corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplemento.

Quando há um mercado disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo e as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Entende-se por mercado ativo o mercado no qual transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.
- **Nível 2:** Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Informações de Nível 2 incluem: (a) preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; (b) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos; (c) informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados; volatilidades implícitas; e spreads de crédito; (d) informações corroboradas pelo mercado.
- **Nível 3:** Informações (inputs) de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser utilizadas para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.



A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma adequada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

c.6 Taxa de juros efetiva

Taxa de juros efetiva é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

No Banco, as operações de crédito ou com característica de concessão de crédito continuam a ser reconhecidas pelas respectivas taxas contratuais, haja vista a inexistência ou a imaterialidade de custos de transação e valores recebidos na aquisição ou na originação desses instrumentos financeiros, conforme definido em política interna e no artigo 13 e parágrafos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quais sejam, (i) ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida; (ii) contratos de garantia financeira emitidos; e (iii) compromissos de empréstimo emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos a seguir, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses: instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumenta substancialmente desde seu reconhecimento inicial.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito e são mensuradas da seguinte forma:

- Ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- Compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e;
- Contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

d.1 Determinação de aumentos significativos no risco de crédito e reconhecimento da perda de crédito esperada pela redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como, outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras;
- um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de "impairment".

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

d.2 Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos; e (ii) compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão.

d.3 Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- **Estágio 1:** Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;
- **Estágio 2:** Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito como atraso, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e
- **Estágio 3:** Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.



d.4 Metodologia de estimativa de provisão

A mensuração da perda esperada se realiza por meio dos seguintes fatores:

- Exposição a Inadimplência ou EAD (*Exposure at Default*): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo o saldo contábil bruto dos ativos financeiros e o saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência.
- Probabilidade de Inadimplência PD (*Probability of Default*): é definido como a probabilidade de que a contraparte possa não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD-tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em consideração as condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento no cálculo da PD.
- Perda por Inadimplência LGD (*Loss given Default*): é o valor não recuperado pelo credor frente ao valor do empréstimo concedido, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.
- Taxa de desconto: é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

d.5 Ativo problemático e stop accrual

Nos termos do artigo 3º, da Resolução CMN nº 4.966/2021, um instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer: (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos, ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Ainda, nos termos do artigo 17 do referido normativo, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A constituição de provisão de crédito para ativos problemáticos, estágio 3, é apurada através de ferramenta interna, considerando o valor presente da estimativa de recuperação de crédito em cenários definidos pela área de crédito.

A reclassificação de devedores inadimplentes para adimplentes inclui a exigência de período mínimo probatório (ou período de cura). Somente após análise do comportamento do devedor e de sua situação financeira durante o período probatório, é possível avaliar se a melhoria da qualidade do crédito é factual e permanente. O período probatório é de pelo menos 3 meses a partir do momento em que o devedor deixou de ser inadimplente e nenhuma indicação de pagamento improvável, conforme definido em políticas internas, ainda se aplique.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado para prejuízo no período contábil em que sua recuperação se torne improvável, ou seja, mais de 50% de chance de não ocorrer.

d.6 Reestruturação e renegociação

Reestruturação refere-se a qualquer renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Renegociação, por sua vez, refere-se a um acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

e. Saldos em moedas estrangeiras

Os valores (ativos e passivos) denominados em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

f. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Outros passivos

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

h. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CSLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.



Por fim, em 16 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, posteriormente alterada pela Lei nº 15.078/24, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Referido normativo passou a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08 (revogado a partir de 1º de janeiro de 2022 pela Resolução CMN nº 4.924/21), dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos – “impairment”.

De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de “impairment”.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

4. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 30 de junho de 2026, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

	Junho 2026	Circulante	Não circulante	Dezembro 2025	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	124.604	124.604	-	170.965	170.965	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	9.190.572	7.077.635	2.112.937	12.523.981	10.832.298	1.691.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	4.246.397	4.246.397	-	7.420.610	7.420.610	-
Títulos e valores mobiliários.....	974.161	277.138	697.023	843.274	79.857	763.417
Operações de crédito.....	2.098.298	918.454	1.179.844	2.042.509	1.255.635	786.874
Operações com características de crédito.....	1.753.288	1.517.218	236.070	1.597.476	1.471.622	125.854
Outros ativos financeiros.....	118.428	118.428	-	620.112	604.574	15.538
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.414.707	433.819	980.888	1.339.615	1.339.615	-
Títulos e valores mobiliários.....	1.414.707	433.819	980.888	1.339.615	1.339.615	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.112.129	7.642.013	2.470.116	3.985.748	2.752.048	1.233.700
Títulos e valores mobiliários.....	7.484.938	7.082.748	402.190	1.347.262	1.019.917	327.345
Instrumentos financeiros derivativos.....	2.627.191	559.265	2.067.926	2.638.486	1.732.131	906.355
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(75.186)	(1.801)	(73.385)	(196.011)	(194.317)	(1.694)
Ativos fiscais correntes e diferidos	179.693	14.624	165.069	250.587	55.896	194.691
Impostos e contribuições a compensar.....	97.694	14.624	83.070	138.888	55.896	82.992
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	81.999	-	81.999	111.699	-	111.699
Outros ativos	763.561	536.405	227.156	705.937	357.758	348.179
Imobilizado de uso	35.348	35.348	-	15.260	-	15.260
Outras imobilizações de uso.....	66.793	66.793	-	45.046	-	45.046
Depreciações acumuladas.....	(31.445)	(31.445)	-	(29.786)	-	(29.786)
Total do ativo	21.745.428	15.862.647	5.882.781	18.796.082	15.314.263	3.481.819
	Junho 2026	Circulante	Não circulante	Dezembro 2025	Circulante	Não circulante
Passivos financeiros ao custo amortizado	15.559.218	6.964.420	8.594.798	12.430.644	10.571.958	1.858.686
Depósitos de clientes e instituições financeiras.....	6.776.995	6.038.106	738.889	3.749.676	3.225.237	524.439
Obrigações por operações compromissadas.....	-	-	-	517.997	517.997	-
Recursos por emissões de letras.....	594.962	256.338	338.624	555.855	119.983	435.872
Obrigações por empréstimos e repasses.....	8.066.938	549.653	7.517.285	6.894.367	5.999.315	895.052
Outros passivos financeiros.....	120.323	120.323	-	712.749	712.749	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.144.904	591.539	1.553.365	2.361.964	1.837.842	524.122
Instrumentos financeiros derivativos.....	2.144.904	591.539	1.553.365	2.361.964	1.837.842	524.122
Provisão para perda esperada	765	765	-	3.696	373	3.323
Provisões	257.988	2.259	255.729	246.820	1.119	245.701
Obrigações fiscais	207.584	207.584	-	277.887	136.806	141.081
Imposto de renda e contribuição social – Corrente.....	20.162	20.162	-	109.630	109.630	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	174.373	174.373	-	141.081	-	141.081
Outras obrigações fiscais.....	13.049	13.049	-	27.176	27.176	-
Outros passivos	496.012	491.183	4.829	503.875	486.737	17.138
Patrimônio líquido	3.078.957	3.078.957	-	2.971.196	-	-
Capital social.....	1.928.551	1.928.551	-	1.928.551	-	-
Reservas de lucros.....	1.039.760	1.039.760	-	1.034.698	-	-
Outros resultados abrangentes.....	14.463	14.463	-	7.947	-	-
Lucros acumulados.....	96.183	96.183	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	21.745.428	11.336.706	10.408.722	18.796.082	13.038.158	2.786.728



5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa, são compostos conforme segue:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios.....	3.688	43.141
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras ^(a)	120.915	127.824
Aplicações em operações compromissadas ^(b) (nota 6)	3.631.998	7.259.996
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.756.601	7.430.961

^(a) O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta R\$ 120.915 em 30 de junho de 2026 (dezembro 2025 – R\$ 127.824), sendo com partes relacionadas o montante equivalente a R\$ 107.533 (dezembro 2025 – R\$ 102.521) (nota 22 (a)).

^(b) Referem-se à aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	3.631.998	6.799.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	460.000
Subtotal – Operações compromissadas	3.631.998	7.259.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.151	54.585
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 22 (a)).....	602.248	106.029
Subtotal – Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	614.399	160.614
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.246.397	7.420.610

b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	Custo atualizado	Junho 2026		
		Valor contábil por faixa de vencimento		
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas.....				
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	3.631.998	3.631.998	-	3.631.998
Subtotal	3.631.998	3.631.998	-	3.631.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros	12.151	-	12.151	12.151
Moedas estrangeiras	602.248	602.248	-	602.248
	614.399	602.248	12.151	614.399
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.246.397	4.234.246	12.151	4.246.397

	Custo atualizado	Dezembro 2025		
		Valor contábil por faixa de vencimento		
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	6.799.996	6.799.996	-	6.799.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	460.000	460.000	-	460.000
Subtotal	7.259.996	7.259.996	-	7.259.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros	54.585	41.897	12.688	54.585
Moedas estrangeiras	106.029	106.029	-	106.029
	160.614	147.926	12.688	160.614
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	7.420.610	7.407.922	12.688	7.420.610

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Os títulos emitidos pelo governo de outros países estão custodiados na Euroclear. As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiadas na B3.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado ou pelo respectivo valor justo estimado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.



a. Composição por classificação e tipo

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	Junho 2026		Dezembro 2025	
	Custo atualizado	Valor contábil	Custo atualizado	Valor contábil
Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado	974.161	974.161	843.274	843.274
Carteira própria	974.161	974.161	843.274	843.274
Debêntures ⁽ⁱ⁾	697.024	697.024	843.274	843.274
Notas comerciais ⁽ⁱ⁾	277.137	277.137	-	-
Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ii)	1.409.545	1.414.707	1.342.558	1.339.615
Carteira própria	7.122	7.134	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7.122	7.134	-	-
Vinculados à prestação de garantias	1.402.423	1.407.573	1.342.558	1.339.615
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.402.423	1.407.573	1.342.558	1.339.615
Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.475.557	7.484.938	1.346.868	1.347.262
Carteira própria	6.709.686	6.717.145	1.083.586	1.083.279
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	398	398
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	5.448.648	5.450.768	55.111	54.985
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	4.459	4.404	-	-
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	234.375	233.836	11.882	11.862
FILCB	55.546	55.546	51.944	51.944
Títulos públicos mexicanos (CETES)	966.658	972.591	964.251	964.090
Vinculados à prestação de garantias	765.871	767.793	263.282	263.983
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	546.200	548.036	133.123	134.120
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	219.671	219.757	130.159	129.863
Total	9.859.263	9.873.806	3.532.700	3.530.151

⁽ⁱ⁾ Em 30 de junho de 2026, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures e notas comerciais corresponde a, respectivamente, R\$ 1.079 (dezembro 2025 – R\$ 3.249) (nota 10 (d)) e R\$ 48 (dezembro 2025 – zero).

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Em 30 de junho de 2026, os títulos públicos federais mensurados ao valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes são classificados no Nível 1 da hierarquia do valor justo.

Os títulos públicos emitidos pelo governo de outros países (títulos públicos mexicanos – CETES) mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

b. Composição por prazo de vencimento

Os quadros apresentados a seguir consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	Junho 2026					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil
Títulos mensurados ao custo amortizado	974.161	-	277.137	132.166	564.858	974.161
Debêntures	697.024	-	-	132.166	564.858	697.024
Notas comerciais	277.137	-	277.137	-	-	277.137
Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.409.545	153.642	280.177	281.217	699.671	1.414.707
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.409.545	153.642	280.177	281.217	699.671	1.414.707
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	7.475.557	4.903.752	2.178.996	119.123	283.067	7.484.938
Letras do Tesouro Nacional – LTN	5.994.848	4.712.074	1.189.090	91.627	6.013	5.998.804
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	4.459	-	-	-	4.404	4.404
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	454.046	-	208.993	27.496	217.104	453.593
FILCB	55.546	-	-	-	55.546	55.546
Títulos públicos mexicanos – CETES	966.658	191.678	780.913	-	-	972.591
Total	9.859.263	5.057.394	2.736.310	532.506	1.547.596	9.873.806

	Dezembro 2025					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil
Títulos mensurados ao custo amortizado	843.274	79.857	-	150.060	613.357	843.274
Debêntures	843.274	79.857	-	150.060	613.357	843.274
Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.342.558	1.339.615	-	-	-	1.339.615
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.342.558	1.339.615	-	-	-	1.339.615
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.346.868	967.323	52.594	89.991	237.354	1.347.262
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	398	398	-	-	-	398
Letras do Tesouro Nacional – LTN	188.234	2.835	52.594	89.991	43.685	189.105
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	142.041	-	-	-	141.725	141.725
FILCB	51.944	-	-	-	51.944	51.944
Títulos públicos mexicanos – CETES	964.251	964.090	-	-	-	964.090
Total	3.532.700	2.386.795	52.594	240.051	850.711	3.530.151



8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo: cotações extraídas da B3;

Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando-se preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades; e

NDF e câmbio: A metodologia praticada para calcular o valor de mercado consiste no uso das taxas de juros internacionais e do câmbio pronto.

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

a. Composição por indexador:

			Junho 2026	Dezembro 2025
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Valor de referência
Operações de swap	1.917.251	(1.276.467)	54.250.834	47.633.204
Taxa de juros	1.789.958	(156.020)	31.652.005	26.257.331
Moeda ou variação cambial	123.063	(1.124.382)	22.598.829	21.375.873
Ajustes prudenciais	4.230	3.935	-	-
NDF de moeda	621.833	(745.524)	24.450.505	27.470.374
Posição comprada	48.023	(704.031)	13.271.771	14.753.934
Posição vendida	575.966	(41.493)	11.178.734	12.716.440
Ajustes prudenciais	(2.156)	-	-	-
NDF de commodities	176	(95)	22.256	41.968
Posição comprada	176	-	11.128	21.456
Posição vendida	-	(95)	11.128	20.512
Opções de moeda	21.123	(25.068)	717.893	914.605
Compra de opção de compra	11.099	-	189.054	250.935
Venda de opção de compra	-	(10.966)	128.850	128.850
Compra de opção de venda	10.024	-	173.420	213.525
Venda de opção de venda	-	(14.102)	226.569	321.295
Opções de commodities	-	-	-	9.844
Compra de opção de compra	-	-	-	3.019
Venda de opção de compra	-	-	-	1.903
Compra de opção de venda	-	-	-	3.019
Venda de opção de venda	-	-	-	1.903
Futuros ⁽¹⁾	4.811	(11.339)	20.769.579	25.099.423
Posição comprada	4.768	(2.415)	13.414.102	15.350.569
DAP	-	(282)	70.658	70.965
Dólar (US\$)	-	(291)	582.093	-
Cupom cambial – DDI	1.367	(998)	10.648.538	9.789.761
DI de 1 dia	3.012	(2)	1.778.244	4.726.851
WDO	389	(842)	334.569	762.992
Posição vendida	43	(8.924)	7.355.477	9.748.854
Dólar (US\$)	-	(1.169)	676.840	442.965
Cupom cambial – DDI	43	(494)	1.042.455	2.765.711
DI de 1 dia	-	(7.261)	5.635.381	6.539.421
DAP	-	-	801	757
WDO	-	-	-	-
Termo de título público	59.872	(60.042)	59.835	1.375.123
Compra a termo de títulos públicos	9.508	(9.470)	9.470	581.811
Venda a termo de títulos públicos	50.364	(50.572)	50.365	793.312
Contratos de câmbio	6.936	(37.708)	9.053.621	13.428.373
Compra de moeda estrangeira	3.282	(16.757)	2.808.445	6.789.773
Venda de moeda estrangeira	3.654	(20.951)	6.245.176	6.638.599
Total	2.632.002	(2.156.243)	109.324.523	115.972.914

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2026, os valores a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Outros passivos financeiros – Negociação e intermediação de valores".



b. Composição do valor de referência por contraparte:

Junho 2026					
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de swap.....	11.971.845	7.152.669	35.126.320	-	54.250.834
NDF de moeda	-	21.672.610	2.777.895	-	24.450.505
NDF de commodities	-	11.128	11.128	-	22.256
Opções	-	242.204	475.689	-	717.893
Operações com futuros	-	-	-	20.769.579	20.769.579
Termo de título público	59.835	-	-	-	59.835
Contratos de câmbio	1.213.106	593.213	7.247.302	-	9.053.621
Total	13.244.786	29.671.824	45.638.334	20.769.579	109.324.523

Dezembro 2025					
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de swap.....	7.807.299	9.501.948	30.323.957	-	47.633.204
NDF de moeda	-	24.958.241	2.512.133	-	27.470.374
NDF de commodities	-	20.512	21.456	-	41.968
Opções	-	363.627	560.822	-	924.449
Operações com futuros	-	-	-	25.099.423	25.099.423
Termo de título público	1.375.123	-	-	-	1.375.123
Contratos de câmbio	2.688.470	376.689	10.363.214	-	13.428.373
Total	11.870.892	35.221.017	43.781.582	25.099.423	115.972.914

c. Composição do valor de referência por local de negociação:

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

Junho 2026			
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de swap.....	-	54.250.834	54.250.834
NDF de moeda	-	24.450.505	24.450.505
NDF de commodities	-	22.256	22.256
Opções	-	717.893	717.893
Operações com futuros	20.769.579	-	20.769.579
Termo de título público	-	59.835	59.835
Contratos de câmbio	-	9.053.621	9.053.621
Total	20.769.579	88.554.944	109.324.523

Dezembro 2025			
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de swap.....	-	47.633.204	47.633.204
NDF de moeda	-	27.470.374	27.470.374
NDF de commodities	-	41.968	41.968
Opções	-	924.449	924.449
Operações com futuros	25.099.423	-	25.099.423
Termo de título público	-	1.375.123	1.375.123
Contratos de câmbio	-	13.428.373	13.428.373
Total	25.099.423	90.873.491	115.972.914

d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

Junho 2026					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps.....	-	93.233	662.822	1.161.196	1.917.251
NDF	141.165	255.078	175.661	50.105	622.009
Opções	10	2.970	15.935	2.208	21.123
Termo de título público	59.872	-	-	-	59.872
Contratos de câmbio	6.936	-	-	-	6.936
Total	207.983	351.281	854.418	1.213.509	2.627.191
Passivo					
Swaps.....	(19.296)	(21.728)	(349.602)	(885.841)	(1.276.467)
NDF	(142.364)	(303.476)	(225.806)	(73.973)	(745.619)
Opções	(2.502)	(4.423)	(15.935)	(2.208)	(25.068)
Termo de título público	(60.042)	-	-	-	(60.042)
Contratos de câmbio	(37.708)	-	-	-	(37.708)
Total	(261.912)	(329.627)	(591.343)	(962.022)	(2.144.904)

Dezembro 2025					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps.....	2.729	9.579	387.188	407.041	806.537
NDF	172.747	130.996	80.153	5.257	389.153
Opções	83	2.649	3.597	21.102	27.431
Termo de título público	1.374.652	-	-	-	1.374.652
Contratos de câmbio	29.413	9.282	2.018	-	40.713
Total	1.579.624	152.506	472.956	433.400	2.638.486
Passivo					
Swaps.....	(47.073)	(14.016)	(79.053)	(293.826)	(433.968)
NDF	(133.480)	(161.928)	(108.984)	(15.487)	(419.879)
Opções	(502)	(3.612)	(3.768)	(21.102)	(28.984)
Termo de título público	(1.374.528)	-	-	-	(1.374.528)
Contratos de câmbio	(23.784)	(78.724)	(2.097)	-	(104.605)
Total	(1.579.367)	(258.280)	(193.902)	(330.415)	(2,361.964)



e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de *swap*, termo de moeda e *commodities*, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

Junho 2026			
	Valor de custo	Ganhos / (perdas) não realizados	Valor de mercado
Ativo			
Operações de <i>swap</i>	1.361.618	555.633	1.917.251
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	646.572	(24.563)	622.009
Opções	25.752	(4.629)	21.123
Termo de título.....	59.834	38	59.872
Contratos de câmbio	9.604	(2.668)	6.936
Total	2.103.380	523.811	2.627.191
Passivo			
Operações de <i>swap</i>	(1.063.754)	(212.713)	(1.276.467)
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	(767.362)	21.743	(745.619)
Opções	(22.224)	(2.844)	(25.068)
Termo de título.....	(59.835)	(207)	(60.042)
Contratos de câmbio	(54.922)	17.214	(37.708)
Total	(1.968.097)	(176.807)	(2.144.904)
Dezembro 2025			
	Valor de custo	Ganhos / (perdas) não realizados	Valor de mercado
Ativo			
Operações de <i>swap</i>	346.935	459.602	806.537
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	381.527	7.626	389.153
Opções	29.851	(2.420)	27.431
Termo de título.....	1.375.124	(472)	1.374.652
Contratos de câmbio	38.616	2.097	40.713
Total	2.172.053	466.433	2.638.486
Passivo			
Operações de <i>swap</i>	(249.265)	(184.703)	(433.968)
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	(419.358)	(520)	(419.878)
Opções	(24.073)	(4.911)	(28.984)
Termo de título.....	(1.375.124)	595	(1.374.529)
Contratos de câmbio	(125.262)	20.657	(104.605)
Total	(2.193.082)	(168.882)	(2.361.964)

f. Hierarquia de mensuração do valor justo:

Junho 2026				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Operações de <i>swap</i>	-	1.917.251	-	1.917.251
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	-	622.009	-	622.009
Opções	-	21.123	-	21.123
Termo de título.....	59.872	-	-	59.872
Contratos de câmbio	-	6.936	-	6.936
Total	59.872	2.567.319	-	2.627.191
Passivo				
Operações de <i>swap</i>	-	(1.276.467)	-	(1.276.467)
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	-	(745.619)	-	(745.619)
Opções	-	(25.068)	-	(25.068)
Termo de título.....	(60.042)	-	-	(60.042)
Contratos de câmbio	-	(37.708)	-	(37.708)
Total	(60.042)	(2.084.862)	-	(2.144.904)
Dezembro 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Operações de <i>swap</i>	-	806.537	-	806.537
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	-	389.153	-	389.153
Opções	-	27.431	-	27.431
Termo de título.....	1.374.652	-	-	1.374.652
Contratos de câmbio	-	40.713	-	40.713
Total	1.374.652	1.263.834	-	2.638.486
Passivo				
Operações de <i>swap</i>	-	(433.968)	-	(433.968)
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	-	(419.879)	-	(419.879)
Opções	-	(28.984)	-	(28.984)
Termo de título.....	(1.374.528)	-	-	(1.374.528)
Contratos de câmbio	-	(104.605)	-	(104.605)
Total	(1.374.528)	(987.436)	-	(2.361.964)



g. Resultado com derivativos:

	Junho 2026	Junho 2025
Operações de swap.....	499.613	767.482
NDF de moeda e commodities.....	(101.871)	(36.584)
Futuros.....	(708.601)	(1.667.765)
Opções.....	(7.457)	(3.494)
Contratos de câmbio.....	33.381	71.036
Total	(284.936)	(869.325)

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ATIVOS FINANCEIROS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio, bem como títulos e créditos a receber e outras operações com características de concessão de crédito, têm seu perfil apresentados a seguir:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Operações de crédito		
Empréstimos.....	1.849.791	1.792.416
Títulos descontados.....	176.135	203.953
Financiamentos à importação e exportação.....	72.372	46.140
Subtotal	2.098.298	2.042.509
Outros créditos		
Créditos por avais e fianças honrados.....	-	236.421
Compra de recebíveis.....	718.967	659.622
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE).....	920.378	636.868
Rendas a receber de ACC.....	15.228	21.851
Outras operações com características de concessão de crédito.....	98.715	42.714
Subtotal	1.753.288	1.597.476
Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão	3.851.586	3.639.985
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(75.186)	(196.011)
Provisão para garantias prestadas.....	(765)	(3.696)
Total	(75.951)	(199.707)

a. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
Capital de giro.....	-	689	66.389	3.653	-	202.439	128.112	1.119.034	1.520.316
Financiamento a imp. /exp. ⁽¹⁾	-	72.372	-	-	-	-	-	-	72.372
Conta garantida.....	-	46.008	43.794	51.456	-	143.142	45.075	-	329.475
Recebíveis / títulos de crédito a receber ⁽²⁾	-	216.602	187.802	97.926	47.596	30.078	44.331	94.632	718.967
ACC ⁽³⁾	-	478.119	10.364	98.873	54.174	-	251.353	42.723	935.606
Títulos descontados.....	-	11.681	11.355	11.084	17.491	18.672	45.042	60.810	176.135
Outras operações.....	-	-	-	-	-	-	-	98.715	98.715
Total junho 2026	-	825.471	319.704	262.992	119.261	394.331	513.913	1.415.914	3.851.586
Total dezembro 2025	-	1.070.445	301.893	133.843	257.498	488.299	475.278	912.729	3.639.985

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2026, financiamento à importação e exportação corresponde à repasses sob a Resolução CMN nº 3.844/10 no montante de R\$ 72.372 (dezembro 2025 – R\$ 34.615). Em 31 de dezembro de 2025, corresponde ainda à operações compror no montante de R\$ 11.525.

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2026, recebíveis e títulos de crédito a receber referem-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 257.983 (dezembro 2025 – R\$ 272.828) e à operações de "Supplier finance" no montante de R\$ 460.984 (dezembro 2025 – R\$ 384.794).

⁽³⁾ Em 30 de junho de 2026, rendas com ACC/ACE correspondem a R\$ 15.228 (dezembro 2025 – R\$ 21.851).

b. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financ. imp./exp.	Conta garantida	Outros créditos e emp.	Recebíveis / Tít. créd. a receber	ACC/ACE	Títulos descontados	Junho 2026	Dezembro 2025
Siderurgia e metalurgia.....	4.630	-	6.007	-	30.266	108.357	-	149.260	200.953
Comércio.....	-	72.372	50.634	-	118.216	551.838	-	793.060	308.106
Alimentos e bebidas.....	-	-	-	-	148.880	-	-	148.880	180.933
Máquinas e equipamentos.....	283.553	-	60.123	-	66.055	21.223	-	430.954	469.861
Outros.....	576.871	-	64.202	56.789	125.074	110.370	-	933.306	945.145
Químico e petroquímico.....	18.337	-	-	-	159.582	133.213	176.135	487.267	730.101
Eletroeletrônicos.....	110.150	-	89.453	-	22.312	-	-	221.915	234.712
Automotivo.....	487.889	-	43.788	-	26.480	-	-	558.157	512.327
Construção e imobiliário.....	24.843	-	-	-	3.041	10.605	-	38.489	24.117
Agropecuária.....	14.043	-	-	-	-	-	-	14.043	3.415
Transportes.....	-	-	15.268	41.926	19.061	-	-	76.255	30.315
Total	1.520.316	72.372	329.475	98.715	718.967	935.606	176.135	3.851.586	3.639.985



c. Concentração das operações de crédito

	Junho 2026	% Carteira	Dezembro 2025	% Carteira
10 maiores emitentes / clientes.....	2.281.809	59,24	2.314.910	63,60
50 seguintes maiores emitentes / clientes.....	1.492.392	38,75	1.273.838	35,00
100 seguintes maiores emitentes / clientes.....	77.385	2,01	51.237	1,40
Total	3.851.586	100,00	3.639.985	100,00

10. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS

a. Instrumentos financeiros associados ao risco de crédito

Ativos financeiros	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Junho 2026	Dezembro 2025
Ao custo amortizado					
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	12.151	-	-	12.151	54.585
Títulos e valores mobiliários.....	932.615	41.546	-	974.161	843.274
Operações de crédito.....	2.098.298	-	-	2.098.298	2.042.509
Outros ativos com características de crédito.....	1.526.164	128.409	98.715	1.753.288	1.597.476
Outros ativos financeiros.....	64.598	-	-	64.598	340.977
Total - Ativos financeiros	4.633.826	169.955	98.715	4.902.496	4.878.821
Passivos financeiros					
Garantias financeiras prestadas (registradas em contas de compensação).....	3.861.230	141.193	-	4.002.423	3.529.534
Total - Passivos financeiros	3.861.230	141.193	-	4.002.423	3.529.534

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve movimentação relevante entre estágios. Adicionalmente, uma contraparte em outros segmentos foi diretamente classificada para o estágio 3.

Cabe destacar que os instrumentos financeiros classificados no estágio 3 correspondem a ativos com problemas de recuperação de crédito decorrentes da deterioração da qualidade do risco de crédito de suas contrapartes.

Não houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no primeiro semestre de 2026.

Não houve baixa para prejuízo nem reestruturação ou renegociação de ativos financeiros no primeiro semestre de 2026.

b. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias financeiras prestadas

	Junho 2026	Dezembro 2025
Saldo inicial	(199.707)	(19.126)
Ajuste saldo de abertura 1º de janeiro de 2025	-	(1.527)
Constituição no semestre / exercício.....	(100.471)	(286.116)
Reversão no semestre / exercício.....	80.980	107.062
Realização no semestre / exercício.....	143.247	-
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas.....	(75.951)	(199.707)

c. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

Vencimento / Níveis de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Junho 2026	Dezembro 2025
Vencidos.....	-	-	(49.048)	(49.048)	(12)
A vencer até 30 dias.....	(22)	(6)	-	(28)	(283)
De 31 a 60 dias.....	(89)	-	-	(89)	(2.663)
De 61 a 90 dias.....	(59)	(535)	-	(594)	(31)
De 91 a 120 dias.....	(22)	(559)	-	(581)	(42.871)
De 121 a 180 dias.....	(158)	-	-	(158)	(474)
De 181 a 360 dias.....	(1.116)	(1)	-	(1.117)	(148.356)
Acima de 361 dias.....	(1.307)	(614)	(22.415)	(24.336)	(5.017)
Total da provisão	(2.773)	(1.715)	(71.463)	(75.951)	(199.707)

d. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Junho 2026	Dezembro 2025
Adiantamento sobre contrato de câmbio.....	(555)	(1.088)	-	(1.643)	(1.040)
CDI.....	(11)	-	-	(11)	(10)
Capital de giro.....	(494)	-	-	(494)	(1.364)
Cessão de crédito sem coobrigação.....	(174)	(4)	-	(178)	(494)
Conta Garantida.....	(85)	-	-	(85)	(94)
Debênture / Nota comercial.....	(517)	(610)	-	(1.127)	(3.249)
NCE.....	-	-	-	-	(1)
Supplier Finance.....	(31)	-	-	(31)	(43)
Títulos descontados.....	(97)	-	-	(97)	(155)
Fiança honrada.....	-	-	-	-	(146.786)
Financiamento a imp./exp.	(3)	-	-	(3)	(2)
Fianças.....	(753)	(13)	-	(766)	(3.696)
Outros créditos com características de concessão de crédito	-	-	(71.463)	(71.463)	(42.713)
Outros.....	(54)	-	-	(54)	(59)
Total	(2.774)	(1.714)	(71.463)	(75.951)	(199.707)



e. Composição da despesa por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Junho 2026
Adiantamento sobre contrato de câmbio.....	485	(1.088)	-	(603)
Avais e fianças honrados	-	-	3.540	3.540
CDI	(1)	-	-	(1)
Capital de giro	869	-	-	869
Cessão de crédito sem coobrigação	320	3	-	323
Conta Garantida	1	-	-	1
Debênture e nota comercial	1.274	(610)	1.458	2.123
Supplier Finance.....	(8)	21	-	12
Títulos descontados	58	-	-	58
Outras operações com características de crédito	-	-	(28.749)	(28.749)
Outros ativos financeiros	4	-	-	4
Garantias financeiras prestadas.....	2.944	(13)	-	(2.931)
Total	5.946	(1.686)	(23.751)	(19.491)

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são compostos por:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Negociação e intermediação de valores (a)	92.240	598.780
Rendas a receber.....	20.346	21.307
Relações interfinanceiras	5.842	25
Total	118.428	620.112

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a totalidade refere-se a devedores – conta liquidações pendentes.

12. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, outros ativos são compostos por:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Serviços prestados a receber – Empresas no exterior (nota 22 (a)) (a)	371.697	344.115
Devedores por depósitos em garantia (b)	359.492	348.295
Adiantamentos ao FGC	18.025	-
Outros investimentos	7.570	7.570
Adiantamentos, antecipações salariais e outros	4.903	4.273
Pagamentos a ressarcir.....	952	913
Despesas antecipadas	320	749
Outros	602	22
Total	763.561	705.937

(a) Serviços prestados a receber – Empresas no exterior

Serviços prestados a receber – empresas no exterior é composto substancialmente por valores a receber decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 22 (a)).

(b) Devedores por depósitos em garantia

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, devedores por depósitos em garantia é composto conforme segue:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Depósitos previdenciários	204.865	198.850
Demandas COFINS.....	61.481	59.080
Demandas ISS	52.883	51.378
Outras demandas tributárias	40.143	38.870
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	120	117
Total	359.492	348.295

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos são compostos conforme segue:

	Junho 2026			Dezembro 2025		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito tributário						
Diferenças temporárias (a)	45.555	36.444	81.999	62.055	49.644	111.699
Passivo diferido						
Carteira MTM (c)	(96.874)	(77.499)	(174.373)	(78.378)	(62.703)	(141.081)
Total	(51.319)	(41.055)	(92.374)	(16.323)	(13.059)	(29.382)

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não há créditos tributários não reconhecidos no ativo.

(a) Movimentação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2025	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Junho 2026
Imposto de renda	62.055	7.461	(23.961)	45.555
Contribuição social	49.644	5.969	(19.169)	36.444
Total	111.699	13.430	(43.130)	81.999



Crédito tributário constituído, principalmente, sobre benefícios pós-emprego e remuneração variável diferida, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (as quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes) e processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial).

(b) Movimentação das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2025	Constituição	Reversão / Realização	Junho 2026
Imposto de renda.....	(78.378)	(51.302)	32.806	(96.874)
Contribuição social	(62.703)	(41.041)	26.245	(77.499)
Total	(141.081)	(92.343)	59.051	(174.373)

Obrigações fiscais diferidas constituídas sobre diferenças temporárias oriundas de marcação a mercado de instrumentos financeiros.

(c) Efeito no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes

Em 30 de junho de 2026, o efeito no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes decorrente do registro de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	Prejuízo fiscal / Base negativa	Outras diferenças temporárias	Passivo diferido	Efeito líquido
	Receita / (despesa)	Receita / (despesa)	Receita / (despesa)	Receita / (despesa)
Imposto de renda.....	-	(16.500)	(18.495)	(34.995)
Contribuição social	-	(13.200)	(14.796)	(27.996)
Efeito em 2026	-	(29.700)	(33.291)	(62.991)

(*) A diferença entre o efeito líquido no resultado em 2026 no montante de (62.991) e o resultado do ativo e passivo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultado no montante de (57.661) refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre os seguintes ajustes: (i) variação do valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 3.647; e (ii) risco de crédito próprio (DVA) no montante de R\$ 1.683.

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Depósitos a prazo (a).....	2.382.775	3.136.366
Depósitos à vista (b).....	558.035	410.072
Depósitos interfinanceiros (c).....	3.836.185	203.238
Total	6.776.995	3.749.676

(a) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 40% e 101%. Do montante total de depósitos a prazo, R\$ 511.375 (dezembro 2025 – R\$ 568.464) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 22 (a)).

Segue abertura por prazo de vencimento:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Faixas de vencimento		
Até 3 meses.....	572.598	491.811
3 a 12 meses	1.333.557	2.208.693
1 a 3 anos.....	81.938	435.862
Acima 3 anos	394.682	-
Total	2.382.775	3.136.366

(b) Depósitos à vista

Do montante total de depósitos à vista, R\$ 3.250 (dezembro 2025 – R\$ 3.746) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 22 (a)).

(c) Depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 99% e 100%, no total de R\$ 3.836.185 (dezembro 2025 – R\$ 203.238).

Segue abertura por prazo de vencimento:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Faixas de vencimento		
Até 3 meses.....	3.394.867	-
3 a 12 meses	179.048	114.661
1 a 3 anos.....	262.270	88.577
Total	3.836.185	203.238

15. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações por operações compromissadas totalizavam R\$ 517.997, correspondentes integralmente a recompras a liquidar lastreadas em títulos da carteira de terceiros. Em 30 de junho de 2026, não havia saldos em aberto para essas obrigações.

16. RECURSO POR EMISSÃO DE LETRAS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, refere-se a obrigações por emissão de letras financeiras, com vencimento até fevereiro de 2028, no montante de R\$ 594.962 (dezembro 2025 – R\$ 555.855).



17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Junho 2026	Dezembro 2025
Obrigações por tomadas de linha (a)	7.135.957	6.242.162
Financiamentos à exportação (b)	930.981	652.205
Total (nota 22 (a))	8.066.938	6.894.367

(a) Referem-se basicamente às operações de curto prazo de "interbank" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 5,72% ao ano e vencimento até fevereiro de 2030.

(b) Referem-se às captações com o DB AG New York, em Dólar, com taxa de juros de até 4,45% ao ano e vencimentos até fevereiro de 2028.

18. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, outros passivos financeiros são compostos por:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Negociação e intermediação de valores (a)	98.818	711.969
Passivo de arrendamento	21.492	760
Outros	13	20
Total	120.323	712.749

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 30 de junho de 2026, R\$ 92.240 (dezembro 2025 – R\$ 598.780) referem-se a credores – conta liquidações pendentes e R\$ 6.578 (dezembro 2025 – R\$ 113.189) referem-se a caixas de registro e liquidação.

19. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, outros passivos referem-se a:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior (nota 22 (a)).....	337.420	294.572
Despesas de pessoal.....	97.764	157.928
Ordens de pagamento em moeda estrangeira.....	28.502	18.799
Rendas a apropriar (fianças e <i>stand-by letter of credit</i>)	23.978	21.338
IOF a recolher.....	3.945	8.681
Outras despesas administrativas	4.403	2.557
Total	496.012	503.875

20. PROVISÕES DIVERSAS

	Junho 2026	Dezembro 2025
Contingências passivas (nota 21)	186.125	180.263
Passivo atuarial (nota 25 (d))	71.863	66.557
Total	257.988	246.820

21. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2025	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito / pagamento	Atualização monetária	Junho 2026
Fiscais						
IR/CS (a)	15.805	-	-	-	590	16.395
INSS (b)	146.532	-	-	-	3.707	150.239
ISS (c)	16.251	-	-	-	390	16.641
Total fiscais	178.588	-	-	-	4.687	183.275
Trabalhistas.....	467	1.086	-	-	55	1.608
Administrativo (d).....	556	-	-	-	34	590
Cíveis	652	-	-	-	-	652
Total provisões	180.263	1.086	-	-	4.775	186.125

(a) Trata-se de uma provisão cujo valor atualizado perfaz R\$ 13.801, referente ao processo de desmutualização das bolsas relacionado à Deutsche Bank Corretora de Valores.

Também foi constituída, em setembro de 2019, uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2026) relativa ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição

Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. O valor do depósito judicial e da provisão constituída para essa causa foi atualizado para R\$ 150.239 (dezembro 2025 – R\$ 146.532), o qual corresponde ao valor atualizado de forma integral.



(c) A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2010, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 8.006. Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado corresponde a R\$ 6.271 e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$ 1.230 que atualizado corresponde a R\$ 1.888. Para estes processos de ISSQN sobre receitas com rendas de garantias, o Banco aderiu, em junho de 2026, ao programa Fique em Dia da Prefeitura de São Paulo, beneficiando-se da redução de 95% sobre juros e multas. Os valores provisionados serão revertidos em julho de 2026.

Em relação às demais discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou três ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto as receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R\$ 8.636. O Banco aderiu, em 2025, a um programa de redução de litígios da prefeitura, o que resultou em um decréscimo parcial do montante total anteriormente apresentado.

No momento do provisionamento, qual seja, ao final de 2022, os processos relacionados nesse item estavam classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível. Ainda assim, em auditoria realizada pelo Banco Central do Brasil, o provisionamento foi requerido de forma prudencial.

(d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 589.

Contingências classificadas com risco de perda possível

Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como "possível", sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte de R\$ 16.044. Em 03 de janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 22.240 (dezembro 2025 – R\$ 21.594), (ii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 7.216 (dezembro 2025 – R\$ 7.014), (iii) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 21.246 (dezembro 2025 – R\$ 20.728). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 27.279 (dezembro 2025 – R\$ 26.241), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. O auto, originalmente oriundo da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foi devidamente impugnado. A causa de R\$ 22.265 (dezembro 2025 – R\$ 21.702) aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 27.932 (dezembro 2025 – R\$ 26.805), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 27.711 (dezembro 2025 – R\$ 26.673), referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa. Visando corroborar o cálculo feito por essa instituição, o Banco obteve um termo de constatação emitido pela auditoria da KPMG para ser apresentado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R\$ 2.278 (dezembro 2025 – R\$ 2.179). O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com art 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R\$ 13.688 (dezembro 2025 – R\$ 13.439). O processo foi julgado desfavoravelmente aos interesses dessa instituição, o que ensejou no ingresso de ação anulatória de débito fiscal na esfera judicial, cujo depósito atualizado é de R\$ 19.123 (dezembro 2025 – R\$ 18.402).

Em setembro de 2023, foi lavrado contra o Banco um novo auto de infração cobrando o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços dos anos de 2018 e 2019, casos que, semelhante à autuação de 2016 e 2017, não deveriam estar sujeitos à referida incidência, motivo pelo qual esta autuação foi devidamente impugnada. O valor total da causa é de R\$ 14.879 (dezembro 2025 – R\$ 14.608). Já na esfera judicial, o valor de depósito atualizado desta disputa é de R\$ 22.030 (dezembro 2025 – R\$ 21.200).

Em fevereiro de 2025, foi lavrado auto de infração contra esta instituição, no qual cobra-se o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços dos anos de 2020 e 2021. Semelhante às autuações anteriores de mesmo tema, não deveriam estar sujeitos à incidência de imposto. O valor total atualizado da causa é de R\$ 9.267 (dezembro 2025 – R\$ 8.982) e o processo permanece na esfera administrativa.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda "possível" dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

Casos previdenciários

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o Banco efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 54.625 (dezembro 2025 – R\$ 52.316).

Casos trabalhistas

O Banco é parte solidária em uma reclamação trabalhista contra um de seus fornecedores e o valor total atualizado da reclamação perfaz R\$ 131 (dezembro 2025 – R\$ 127).

Casos cíveis

O Banco está no polo passivo de 6 (seis) casos cíveis relacionados à adjudicação de imóveis de um empreendimento imobiliário, sendo classificados com probabilidade de perda possível e que somam um valor atualizado de R\$ 1.702.

O Banco é parte em um procedimento arbitral em fase inicial. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o valor envolvido não é passível de estimativa na data das demonstrações financeiras.



22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas e coligadas no país e no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Junho 2026		Dezembro 2025 / Junho 2025	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (i) (nota 5)	107.533	-	102.521	-
DB AG (Frankfurt).....	31.093	-	23.383	-
DB AG (Tokyo).....	35.190	-	112	-
DB AG (New York).....	28.195	-	28.494	-
DB AG (London).....	12.512	-	50.192	-
DB AG (Hong Kong).....	543	-	340	-
Aplicações em ME (i) (nota 6)	602.248	-	106.029	-
Deutsche Bank AG London.....	313.237	-	38.812	-
DB AG (Frankfurt).....	258.800	-	67.217	-
DB AG (New York).....	30.211	-	-	-
Serviços prestados para empresas no exterior (ii) (nota 12)	371.697	175.384	344.115	102.185
DB AG (London).....	81.576	114.133	90.802	33.790
DB AG Amsterdam Br.....	3.546	3	3.877	-
DB AG Brussels Br.....	1.227	-	-	-
DB AG AsiaPacific HO.....	2.745	-	3.005	-
DB AG (New York).....	26.495	9.151	23.705	9.865
DB Trust Co Americas.....	55.472	6.828	43.901	11.514
DB AG (Cayman Isl.).....	105.831	25.421	86.009	35.653
DB AG Domestic Bank.....	42.268	11.913	33.298	3.524
DB AG Hong Kong Br.....	2.558	265	-	-
DB AG Lahore Branch.....	151	-	-	-
Deutsche Bank (China) Co., Ltd.....	202	-	-	-
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad.....	47	-	-	-
DB AG Paris Branch.....	173	-	-	-
DB AG Mumbai Branch.....	2.798	-	3.070	-
DB AG Portugal.....	1.260	-	-	-
Dt. Sec. SACV Mexico.....	2.710	948	-	922
DB AG Prague Branch.....	23	-	-	-
DB AG Zurich.....	704	-	-	-
DB AG Seoul Branch.....	121	-	-	-
DB AG Singapore Br.....	7.046	-	7.763	508
Deutsche Asset Management Group Limited.....	26.771	6.313	22.880	3.995
Deutsche Bank National Trust Company.....	727	243	9.445	1.880
Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Filiale Tokio.....	3.091	-	3.383	-
Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Filiale Wien.....	1.036	-	-	-
Valores a receber de outras partes relacionadas.....	3.119	166	12.977	534
Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (i)	(48.431)	-	(94.033)	-
DB AG (London).....	(1.015)	-	3.774	-
DB AG (Frankfurt).....	(35.959)	-	(7.725)	-
DB AG (New York).....	(11.457)	-	(90.082)	-
Depósito a prazo (i) (nota 14 (a))	511.375	(11.110)	(568.464)	(25.299)
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior....	503.826	(10.164)	(561.318)	(25.299)
DB III Fundo De Investimento Multimercado Investimento no Exterior.....	7.549	(946)	(7.146)	-
Depósito à vista (i) (nota 14 (b))	(3.250)	-	(3.746)	-
Dt. Bank Secur. Inc.....	(121)	-	(102)	-
DB AG (London).....	(3.129)	-	(3.644)	-
Obrigações por empréstimos e repasses (i) (nota 17)	(8.063.228)	-	(6.894.367)	-
DB AG (Frankfurt).....	(28.421)	-	(50.145)	-
DB AG (New York).....	(8.034.807)	-	(6.844.222)	-



	Junho 2026		Dezembro 2025 / Junho 2025	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Despesas a pagar para empresas no exterior (ii) (nota 19)	(337.420)	(111.455)	(294.572)	(79.489)
DB AG (Frankfurt)	(109.964)	(37.732)	(130.548)	(28.506)
DB AG AsiaPacific HO	(2.903)	(479)	(2.713)	(451)
DB AG (London)	(69.440)	(15.874)	(48.395)	(15.447)
Deutsche Asset Management Group Limited	(86.965)	(22.705)	(69.068)	(4.833)
DB Zurich	(11)	-	-	-
DB AG New York	(18.958)	(2.449)	(20.415)	(19.688)
DB Trust Company Americas NY	(31.168)	(24.943)	(6.924)	(5.203)
DB AG Singapore Br	(6.099)	(2.097)	(4.409)	(1.181)
DB Service Centre Limited	(67)	(23)	-	-
DB AG Amsterdam Br	(1.208)	(378)	-	-
DB AG Paris Branch	(2.068)	-	(2.406)	(116)
Deutsche Group Services Pty Limited	(258)	(100)	-	-
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	(3.817)	(1.995)	(2.252)	(138)
Deutsche Bank Trust Company Americas	-	-	(1.863)	-
DB AG Cayman Isld Br	-	(2.666)	-	(3.218)
Valores a pagar a outras partes relacionadas	(4.494)	(14)	(5.579)	(708)

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b.1 Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b.2 Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b.3 Benefícios de curto prazo:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Remuneração fixa	7.985	17.856
Remuneração variável (curto prazo)	1.311	1.415
Encargos trabalhistas	3.226	6.687
Total	12.522	25.958

b.4 Benefícios de longo prazo:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Remuneração variável (curto prazo)	3.907	18.189
Encargos trabalhistas	1.356	6.308
Total	5.263	24.497

b.5 Outras informações: Conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.928.551 (dezembro 2025 – R\$ 1.928.551) divide-se em 1.246.597.185 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 30 de junho de 2026, o saldo da rubrica “Reservas de lucros” totaliza R\$ 1.039.760 (dezembro 2025 – R\$ 1.034.697), sendo constituído por “Reserva legal” no montante de R\$ 141.415 (dezembro 2025 – R\$ 136.352) e “Reserva para expansão” no montante de R\$ 898.345 (dezembro 2025 – R\$ 898.345).

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos e perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste atuarial sobre benefícios pós-emprego no montante de R\$ 9.459 (dezembro 2025 R\$ 9.459), ao ajuste relativo ao risco de crédito próprio do Banco (DVA) no montante de R\$ 2.165 (dezembro 2025 – R\$ 107), bem como do ajuste de marcação a mercado dos títulos públicos classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes no montante de R\$ 2.839 (dezembro de 2025 (R\$ 1.619).

d. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.



e. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	Junho 2026	Dezembro 2025
Risco operacional.....	150.507	120.463
Risco de crédito.....	799.208	722.104
Risco de moeda / cambial.....	48.188	106.391
Risco de juros.....	255.735	260.370
Risco de commodities.....	-	-
CVA.....	120.713	107.937
DRC.....	-	-
Total Patrimônio Líquido exigido – PLE.....	1.374.351	1.317.265
Patrimônio referência.....	3.077.213	2.971.718
Margem para limite Basileia.....	1.702.861	1.654.453
Percentual de utilização.....	44,66%	44,33%
Índice Basileia.....	17,91%	18,05%
IRRBB*.....	109.425	66.657
Razão de alavancagem.....	12,17%	13,02%

(*) Por meio de instrução definida na Resolução CMN 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade à partir de janeiro/2020.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Imposto de renda Junho 2026	Contribuição social Junho 2026	Imposto de renda Junho 2025	Contribuição social Junho 2025
Resultado antes dos tributos e participações.....	179.084	179.084	333.442	333.442
Efeitos marcação a mercado.....	(61.889)	(61.889)	(162.323)	(162.323)
Adições (exclusões) permanentes líquidas.....	(2.411)	(9.440)	7.100	(6.901)
Adições (exclusões) temporárias líquidas.....	(66.245)	(66.245)	(107.735)	(107.735)
Base de cálculo.....	48.538	41.509	70.484	56.483
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa.....	-	-	-	(17.019)
Base de cálculo após compensações.....	48.538	41.509	70.484	39.464
Impostos correntes.....	(11.860)	(8.318)	(17.609)	(7.942)
Impostos diferidos.....	-	-	(27.342)	(21.873)
Ativo fiscal diferido.....	(32.034)	(25.627)	(42.520)	(33.195)
Imposto de renda e contribuição social no período.....	(43.894)	(33.945)	(87.471)	(63.010)

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 30 de junho de 2026 e 2025, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	Junho 2026	Junho 2025
Serviços prestados a partes relacionadas.....	132.595	99.999
Serviços de custódia.....	10.113	4.808
Rendas de garantias prestadas.....	8.821	8.204
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme.....	2.597	10.811
Outras.....	539	538
Total.....	154.665	124.360

c. Benefícios a empregados

Em 30 de junho de 2026 e 2025, benefícios a empregados referem-se a:

	Junho 2026	Junho 2025
Proventos.....	(86.624)	(99.503)
Encargos.....	(36.632)	(37.718)
Benefícios e treinamentos.....	(14.021)	(13.453)
Total.....	(137.277)	(150.674)

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 53.732 (dezembro 2025: R\$ 51.999).
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. A provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 18.131 (dezembro 2025: R\$ 14.558).



- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pela Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2025, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superavit de R\$ 2.378.

e. Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2026 e 2025, outras despesas administrativas referem-se a:

	Junho 2026	Junho 2025
Serviços de empresas no exterior ^(a)	(99.742)	(77.168)
Serviços técnicos especializados.....	(14.019)	(7.203)
Serviços do sistema financeiro.....	(10.525)	(11.127)
Processamento de dados.....	(10.229)	(12.343)
Comunicação.....	(6.405)	(5.233)
Aluguéis.....	(3.799)	(1.944)
Manutenção e conservação de bens.....	(3.150)	(3.314)
Serviços de terceiros.....	(2.493)	(3.244)
Viagens.....	(2.230)	(1.620)
Depreciação e amortização.....	(1.466)	(1.611)
Publicidade e propaganda.....	(755)	(679)
Seguros.....	(640)	(1.361)
Outras.....	(2.389)	(1.960)
Total	(157.842)	(128.807)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

f. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2026 e 2025, despesas tributárias referem-se a:

	Junho 2026	Junho 2025
PIS/COFINS	(17.468)	(12.264)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS.....	(7.756)	(7.931)
Outros (IOF, IPTU e outros).....	(13.583)	(20.039)
Total	(38.807)	(40.234)

g. Outras receitas operacionais

Em 30 de junho de 2026 e 2025, outras receitas operacionais referem-se a:

	Junho 2026	Junho 2025
Preço de transferência – MDL “Divisão do Lucro”	29.226	12.987
Atualização de depósitos judiciais.....	11.786	10.015
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	1.527	1.563
Reversões de outras provisões.....	-	2.580
Outras.....	3.071	2.865
Total	45.610	30.010

h. Outras despesas operacionais

Em 30 de junho de 2026 e 2025, outras despesas operacionais referem-se a:

	Junho 2026	Junho 2025
Atualização de saldos a pagar com partes relacionadas.....	(15.876)	(168)
Tributos incidentes na liquidação de saldos com partes relacionadas.....	(8.072)	-
Variação cambial sobre saldos com partes relacionadas.....	(1.635)	(6.473)
Outras.....	(1.827)	(476)
Total	(27.410)	(7.117)

i. Resultado de ajuste de variação cambial

Em 30 de junho de 2026 e 2025, o resultado de ajuste de variação cambial nos montantes de, respectivamente, R\$ 293.371 e R\$ 849.903 refere-se aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre depósitos no exterior em moedas estrangeiras, operações com características de concessão de crédito, aplicações em moedas estrangeiras, títulos públicos emitidos por governos estrangeiros, obrigações por empréstimos e ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possuía essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	Junho 2026	Dezembro 2025
Ativo – Exposição.....	2.565.603	1.262.317
Passivo – Garantidor.....	(1.644.887)	(638.979)
Resultado líquido	920.716	623.338

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros na Carteira Bancária (IRRBB - *Interest rate risk in the banking book*), Liquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climático.



Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme disposto no artigo 90, parágrafo 1º, da Resolução BCB nº 352/2023, a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco, por meio do Relatório de Pilar 3, nos termos da Resolução BCB nº 54/2020.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de autoavaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nominais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- **Value-at-Risk (VaR):** é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. É 1 (um) dia de *holding period (Stress Testing)*: medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisado periodicamente pela área de MRM.
- **Stress Test:** Impacto no resultado da carteira de negociação sob condições extremas de mercado. Métrica complementar ao VAR que analisa o portfólio em situações extremas (99,98%), aplicando choques fixos diariamente ao portfólio. Os choques são de 15% na taxa de câmbio (dólar) e em torno de 5% na curva de juros. Estima-se que tais magnitudes ocorram apenas uma vez a cada 20 anos.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e bancária (Banking Book). A carteira bancária pode ser tanto marcada a mercado como *accrual*. Para a carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- Valor do capital mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira Bancária (IRRBB): O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para do risco de taxa de juros da Carteira Bancária o valor máximo positivo obtido entre os cenários Delta EVE e Delta NII;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.
- Perdas e Ganho embutidos: Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor *accrual* na contabilidade dentro da carteira bancária. Com limites para perdas.

Date	Total VaR*
30-Dez-24	3.465.000
30-Jun-25	4.245.189
31-Dez-25	3.944.868
30-Jun-26	3.027.602

*Em reais.

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.



Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (*Credit Risk Management* – Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (*Multi-National Company* – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (*Watchlist*) e participação nas reuniões de atualização da *Watchlist* para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de *rating* (GCAF: *Global Credit Analytics Function*). O Grupo DB possui uma governança de gestão de modelos que atende as demandas de negócio e regulatórias em diversas jurisdições. A validação dos modelos é realizada por área independente das áreas desenvolvedoras.

O sistema de *rating* do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de *rating* corresponde uma probabilidade de inadimplemento (*default*).

As provisões para perdas de crédito são calculadas com base em modelos internos do Grupo para estimativa de probabilidade de inadimplemento (*Probability of Default – PD*), perda dado o inadimplemento (*Loss Given Default – LGD*) e exposição no momento do *default* (*Exposure at Default – EAD*). Mensalmente é verificada a consistência das premissas dos modelos globais com as perspectivas do mercado Brasileiro (*forward looking*), avaliando dados macroeconomicos e de mercado.

Para efeito de cálculo de provisões de crédito, os instrumentos financeiros são classificados em estágios, sendo:

Estágio 1: ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito em relação à sua data de origem. Nestes casos, a probabilidade de inadimplemento (*default*) no modelo de perda esperada é calculada para um horizonte de 12 meses;

Estágio 2: ativos financeiros que apresentam aumento significativo do risco de crédito, sem que tenha ocorrido uma inadimplência. Nestes casos, a probabilidade de inadimplemento é calculada para o prazo contratual restante (*"lifetime"*);

Estágio 3: ativos financeiros problemáticos (*default*) ou que apresentam fortes indicativos de que não serão honrados em sua totalidade no vencimento, seguindo os critérios da política de crédito, ou que se encontra inadimplido por mais que noventa dias. A provisão para o instrumento financeiro classificado no estágio 3 é calculada pelo valor presente dos fluxos que o DB espera receber, ajustado pela probabilidade.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações de derivativos onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.



Mitigadores do Risco de Crédito

Diversas técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;

Netting ou compensação. A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, *hedge* simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é realizado continuamente pela área de CRM, considerando, entre outros aspectos, o apetite de risco e o ambiente macroeconômico vigente.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - *Capital and Risk Oversight Committee*).

A área de CRM elabora relatórios do portfólio de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – *Board of Directors*). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

O Banco faz o acompanhamento contínuo da sua carteira, onde indicativos de deterioração da qualidade de crédito, segundo critérios definidos na política de crédito, motivam ações de monitoramento são intensificadas, como por exemplo, a inclusão de contrapartes na lista de monitoramento (*Watch List*) que é acompanhada mensalmente no CROC e trimestralmente em comitê global.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de Treasury - Tesouraria, que é uma unidade segregada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. Treasury é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – *Board of Directors* – Diretoria Executiva.



Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações;
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingência de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias. Também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas do Grupo DB e em aderência à Resolução nº 4.945/21 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

27. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 o Banco teve a totalidade de seu resultado classificada como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Encerramento de execução fiscal

Em julho de 2026, foi encerrada a execução fiscal que discutia contribuição previdenciária incidente sobre o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), relativa ao período de fevereiro de 1999 a fevereiro de 2003. Consequentemente, a respectiva provisão para outras contingências fiscais (nota 21 (b)), no montante de R\$ 150.239, foi liquidada mediante o conversão do correspondente depósito judicial em renda da União.



DIRETORIA NA PRESENTE DATA

Luís Flávio Muzzi Mendes
Diretor-Presidente

Elaine Nascimento
Diretora responsável pela contabilidade

Guilherme Bernasconi Daniel

Jaime Castromil Lassala

Mateus Praxedes Souza

Ricardo Andrade Cunha

Rui Fernando Ramos Alves

DIRETORA RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Elaine Nascimento
CRC 1SP 201003/O-6

CONTADORA

Juliana Sayuri Oda
CRC 1SP 282682/O-6